

GOVERNO ADIA RESPOSTA PARA 17.08 SETOR AVALIA O MOMENTO ATUAL DA CAMPANHA SALARIAL 2004.

Veja aqui o **RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DOS DOCENTES DAS IFES**,
realizada em 14 de agosto de 2004

Presentes: Diretoria do ANDES-SN: Marina Barbosa, Paulo Rizzo, Edna Nascimento, Paulo Cresciulo.

Seções Sindicais: **ADURN** (John Fontenele Araújo), **ADUFPB** (Severino Francisco de Oliveira), **ADUFCG** (Washington Silva de Farias), **ADUFEPE** (Simone Sette), **APUB** (Antônio Câmara), **ADUnB** (Rodrigo Dantas), **ADUFMAT** (Carlos Alberto Eilert), **APUBH** (Beatriz Couto e Paulo Roberto Aranha), **ADUFU** (Solange Bretas e Paulo Gomes), **APESJF** (Juanito Alexandre Vieira), **ADUFRJ** (Janete Luzia Leite e Salatiel Menezes), **ADUNI-RIO** (Joanir Passos), **ADUFF** (Cláudia March), **ADUR-RJ** (Fred Falcão), **APUFSC** (Alberto Franke), **APUFPR** (Maria Suely), **ADUFRGS** (Eduardo Rolim e Daniela Marzola), **SEDUFMS** (Carlos Alberto Pires), **APROFURG** (Aloísio Ruscheinky), **ADUNIFESP** (Rosemarie Andrezza), **ADUFLA** (Roberto Alves Braga Jr.), **ADCAC** (Rodrigo Fratti e Maria do Carmo Morales Pinheiro), **SINDOCETET-PR** (Adilson Gil Tavares), **ADUFS** (Romero Júnior da Silva), **ADUFPA** (Vera Jacob).

1 – INFORMES

INFORMES DA GREVE DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

A companheira Maria Aparecida, da ADUNICAMP, relatou todo o processo de mobilização e enfrentamento com o governo do Estado de São Paulo, destacando a relevância política da greve. O que aparentemente seria irrisório (o índice de 4,18%) torna-se

extremamente significativo. A politização do movimento e a exposição na mídia do descompromisso governamental foram consideradas pelos docentes extremamente positivas.

INFORMES DA DIRETORIA

Os diretores, Marina Barbosa e Paulo Rizzo, fizeram o relato dos acontecimentos da última semana.

Marina informou sobre a participação do ANDES-SN no seminário da CNESF, realizado no dia 9 de agosto. Recuperou a importância política da iniciativa, lembrando a tentativa do governo em desmontar a unidade dos servidores públicos federais. Neste sentido, os participantes do evento fizeram uma avaliação positiva do evento e do resgate dessa unidade.

Em seguida, foi feito o relato da última audiência com MPOG, que já foi enviado às seções sindicais e divulgado na página do ANDES-SN.

Paulo Rizzo informou que apenas na sexta-feira (13/08), às 18 horas, o MPOG enviou ao Sindicato ofício em que justifica o não-cumprimento do prazo de 72 horas para apresentar a posição formal do governo. Em seguida, fez a leitura do documento enviado à Secretaria do ANDES-SN, via correspondência eletrônica (divulgado na página do Sindicato).

Informou também a realização de um encontro com os companheiros dirigentes do SINASEFE quando foi relatado que o governo chamou

aquele sindicato para discussão sobre carreira para o magistério do ensino tecnológico e profissionalizante. O SINASEFE vai comunicar aos representantes do governo que a discussão deve se realizar em conjunto com o ANDES-SN, na MSNP.

Outro informe apresentado pelos diretores foi que a reunião da MNNP, que se realizaria no dia 17/8, foi transferida para o dia 24/8, quando também se realizará a mesa setorial.

INFORMES DA FASUBRA

Os companheiros do Comando Nacional de Greve da FASUBRA fizeram um relato do seu processo de negociação e destacaram o desrespeito do governo com os acordos verbais então realizados. Informaram que, na última reunião, o MPOG apresentou a "proposta final" que contrariava toda a negociação construída ao longo do processo.

Diante de tal intransigência, os técnicos-administrativos resolveram pela ocupação do ministério. A partir dessa ação, foi reaberta a possibilidade do reinício do diálogo.

2 - ENCAMINHAMENTOS

Inicialmente, foi aprovada a elaboração de um texto de avaliação sobre o momento da negociação e a greve. O texto, abaixo, foi construído a partir da avaliação feita na reunião.

Greve dos docentes das IFES em defesa da paridade, da isonomia e pela extinção da GED.

Desde o dia 5 de agosto, os professores das IFES começaram a paralisar-se, iniciando a construção de uma greve nacional diante do retrocesso imposto pelo governo nas negociações salariais com o ANDES-SN. Nesta quarta-feira, 18, será instalado, em Brasília, o Comando Nacional de Greve, quando os docentes de 16 seções sindicais já deverão estar em greve. Nos dias que se seguirão, as demais seções sindicais estarão promovendo assembleias para deliberar sobre a adesão ao movimento.

A possibilidade de greve esteve presente desde o lançamento da campanha salarial dos servidores públicos federais em 17 de março. As negociações salariais, este ano, tiveram evoluções contraditórias para todos os segmentos do serviço público federal. No que diz respeito aos docentes das IFES, as negociações evoluíram na direção de uma

proposta formulada pelo próprio governo de criação de uma gratificação fixa, paritária entre pessoal da ativa e aposentados, e a extinção das gratificações produtivistas: a GED para os docentes da carreira do magistério superior e a GID para os docentes da carreira de 1º e 2º graus. Esta proposta foi apresentada pelo governo conjuntamente com o ANDES-SN e o SINASEFE, pela primeira vez, em audiência realizada no dia 2 de junho. Ainda que não formalizada na ocasião, os representantes do governo anunciaram que nenhum professor teria reajuste inferior a 9,3% (IPCA acumulado em 2003), e que seria estabelecido um cronograma para a incorporação de todas as gratificações. O governo propunha-se, a partir daquele momento, a seguir rumo diferente na negociação salarial em relação àquele que havia anunciado em 20 de abril, de reajustes exclusivos na GID e na GED, com a manutenção destas e sem contemplar a paridade. Se a primeira proposta do governo havia sido rejeitada pela maioria das assembleias das seções sindicais, abriu-se, a partir do início de junho, uma nova perspectiva para as negociações salariais, com a possibilidade de se conquistar a isonomia, a paridade e a extinção da GID e da GED, ainda que não houvesse incorporação imediata das gratificações, conforme apresentado na pauta de reivindicações. A partir das deliberações das assembleias das seções sindicais, o setor das IFES, em 15 de junho, elaborou proposta que aceita emergencialmente a substituição da GED e da GID por uma gratificação fixa nos valores apresentados pelo governo, em abril, para a GED e a GID integrais e um calendário para a incorporação das gratificações.

Em 12 de julho, o governo firmou acordo com o SINASEFE exclusivamente para os professores da carreira de 1º e 2º graus. Para estes, foi extinta a Gratificação de Incentivo à Docência, GID e criada a nova gratificação, sendo estabelecida a paridade entre ativos e aposentados, mas em valores inferiores àqueles que haviam sido anunciados pelo governo em abril para os professores da ativa. Em que pese o fato de o ANDES-SN representar mais de dez mil professores da carreira da 1º e 2º graus, este sindicato não foi sequer convidado para a negociação. Em 22 de junho, o governo apresenta uma simulação de valores para a criação de gratificação fixa em substituição à GED, dentro do limite de 372 milhões de impacto financeiro. Mais uma vez, expressando a disposição em negociar, o setor das IFES do

ANDES-SN, subsidiado pelo GT Verbas, constrói uma nova proposta que, submetida à votação, é aprovada pela maioria das assembleias e apresentada ao governo. Foram tomados os valores mais altos do acordo com o SINASEFE e da simulação do governo feita para os professores do magistério superior, ajustados em mais 15% para os professores titulares mestres e doutores. Com ela, passou a ser possível restabelecer a isonomia no interior das IFES e a paridade. Para o atendimento dessa nova proposta, o governo deveria aportar mais 72 milhões de reais.

Contrariando toda a evolução do processo, em 30 de julho, os representantes do governo declaram que não poderiam extinguir a GED naquele momento e afirmam que a proposta oficial do governo para o magistério do ensino superior é a suspensão da avaliação de desempenho com o pagamento integral da GED para os professores da ativa e a elevação de 60% para 65% do valor desta gratificação para os aposentados. O governo, então, retrocedeu no que diz respeito à paridade entre ativos e aposentados, à extinção da gratificação produtivista e à isonomia no interior das IFES, uma vez que parte dos docentes das IFES, a partir do acordo firmado com o SINASEFE, tiveram a gratificação produtivista extinta, a paridade entre o pessoal da ativa e os aposentados, enquanto que os docentes do ensino superior não seriam beneficiados desta mesma forma. Os valores salariais, então, deixariam de ser isonômicos. O representante do MEC na audiência, Jairo Jorge, declara que a GED não poderia ser extinta porque ela será objeto de discussão na reforma do ensino superior. Assim, ainda que os representantes do governo tenham assumido, em audiências e declarações públicas, a disposição em acabar com as gratificações produtivistas e promover a paridade, se contradizem em seguida. Nos vai-e-vem de todo o processo que se arrasta desde 18 de março, quando foi realizada a primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o governo efetivamente não negocia. Para os professores do magistério superior, afirma, em 30 de julho, que sua proposta é praticamente a mesma anunciada em 20 de abril.

Considerando que praticamente não houve reajuste em 2003 e que o reajuste deste ano será incidente a partir de 1º de maio, a protelação do governo tem por objetivo fazer a categoria aceitar sua proposta inicial em função

do estrangulamento financeiro individual de cada professor(a). O governo apostou em vencer os professores pelo cansaço. Apostou que os professores abririam mão de princípios na defesa da universidade pública e até mesmo da ética, pois pretendia que os da ativa vendessem a paridade de seus colegas aposentados. O sindicato submeteu tanto sua proposta como a do governo às assembleias de base. A proposta do governo foi derrotada na maioria das assembleias, tendo sido reafirmada a proposta do setor das IFES e é na defesa dela que se desenvolve agora a greve.

A separação que o governo faz na negociação salarial das duas carreiras do magistério federal responde à lógica das reformas que pretende imprimir à educação. Mais uma vez, sem chamar o ANDES-SN, o MEC está criando um grupo de trabalho da Mesa Setorial de Negociação responsável para elaborar a proposta de uma carreira para os professores do ensino técnico e profissional. A lógica das reformas que fragmentam a educação é manter a carreira do ensino técnico e profissionalizante submetida às demandas das empresas privadas, enquanto que na universidade a carreira deve ser submetida ao produtivismo quantitativo instituído pela GED. Por isso, o governo não pretende extingui-la, mesmo que o custo para isso seja de apenas 72 milhões de reais. A reforma universitária, portanto, é assunto sobre o qual decisões já estão sendo tomadas hoje e não programadas para o futuro.

As negociações têm sido difíceis para todos os segmentos do serviço público e é exemplo o que vem ocorrendo com os servidores técnico-administrativos das IFES. Passados mais de 50 dias de greve nacional, o governo retrocede na proposta já acordada, alegando não dispor de recursos orçamentários. Isto é, que os recursos que supostamente existiam antes não mais existem, ainda que seja para orçamentos futuros. Na Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP, em 30 de março, o governo apresenta sua decisão de dividir os servidores em cinco segmentos (PCC, Seguridade Social, Previdência, técnicos-administrativos da IFES e professores) e disposição de reajustar as gratificações produtivistas, deixando de fora os servidores do Judiciário e do Legislativo, além de não respeitar a paridade entre ativos e aposentados. A partir de então, o governo, na prática, dissolveu a MNNP, reunindo-a somente uma vez, em 5 de

maio, para lançar o ultimato: quem não aceitar a proposta do governo até 21 de maio fica sem nada. Todas as propostas de reajustes apresentadas pelo governo incidiriam em 1º de maio. Esperava-se, portanto, que as definições de reajuste não se arrastassem para além do mês de maio. No entanto, seja para as entidades que firmaram acordo como para aquelas, como o ANDES-SN, que não aceitaram o ultimato e continuaram na busca de negociações, os processos se arrastaram e, em alguns casos, continuam, ainda, sem definição, até o mês de agosto. Mesmo para alguns segmentos que firmaram acordo, como os técnicos-administrativos das IFES mencionados acima, o governo não cumpriu o acordado.

Os docentes das IFES, organizados em seu sindicato nacional, vêm mostrando disposição em negociar. Mesmo mantendo integralmente sua pauta de reivindicações, o sindicato tem flexibilizado na busca de chegar a um termo que garanta ganhos duradouros para os professores e para a universidade pública, para que seja mantida sua qualidade e que seja integralmente financiada pelo Estado. Estamos em um momento importante para a defesa da universidade e isso requer a unidade de todos que atuam no sindicato. É hora de mobilizar para as assembleias, de debater o futuro da universidade, é hora da afirmação da esfera

pública contra todas as iniciativas fragmentadoras e privatizantes. É a hora da greve.

3 - OUTROS ENCAMINHAMENTOS APROVADOS:

- Explicar em texto que a negociação em torno de uma pauta emergencial não exclui a pauta geral de reivindicações da campanha salarial. (Aprovado por unanimidade).
- Indicação ao CNG de discussão, em suas primeiras reuniões, de proposta de elaboração de carta pública ao Presidente Lula, como instrumento para coleta de assinaturas junto aos professores. (Aprovado com 7 abstenções).

Recomendações:

1. Que a diretoria convoque reunião conjunta do GT Carreira e do GT de Política Educacional para discutir as políticas do governo de fragmentar o magistério federal em diferentes carreiras.
2. Que a diretoria do ANDES-SN procure o CONDCAP para tratar da proposta de carreira daquele conselho.
3. Que a diretoria do ANDES-SN continue afirmando junto ao governo sua representação dos docentes da carreira de 1º e 2º graus.

QUADRO DA GREVE (ATUALIZADO NA REUNIÃO DO SETOR DE 14 DE AGOSTO)

Seções sindicais em greve: 11

ADUNIR, ADUFPA, ADFCAP, SINDUFAP, APUB, ADCAC, ADUFU, APESJF, ADUFLA, ADURRJ, ADUNIFESP.

Seções sindicais com indicativo de greve com data: 8

16/8: ADUnB, ADUFMAT-ROO, SINDEFEOA; 17/8: SESDUF-RR; 18/8: ADUFEPE; 19/8: ADUFS; 23/8: APRUMA; 31/8: ADUFF

Seções sindicais com indicativo de greve sem data: 9

ADUFPI, ADUFC, ADUFPB, ADUFCG, ADURN, ADUFOP, APUFSC, APROFURG, ADUFPEL.

Seções sindicais com deliberação contrária à greve: 13

ADUFG, ADUFMAT, ADUFMS, ADOURADOS, APUBH, ASPUV,

APROEFEI, ADFUNREI, ADUFES, ADUFRJ, ADUFSCar, APUFPR, ADUFRGS.

Seções sindicais sem deliberação sobre greve: 8

ADUFAC, ADUA, ADUFERPE, ADUFAL, ADUFMTM, ADUNIRIO, SINDOSEFET-PR, SEDUFSM.

Seção sindical que saiu da greve: 1.

SINDCEFET-MG

Seções Sindicais sem informação: 11.

SINDISEFET-PI, SINDICENTEC, ADUC, ADUFPB-Patos, ASDESAM, ADCAJ, SINDCEFET-GO, SESDUFT, SINDFAFEID, ADCEFET-RJ, ADAFA.